

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 4.600, DE 2009

Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a adoção internacional.

Autor: Deputado VITAL DO REGO FILHO

Relator: Deputado ANTONIO CARLOS CHAMARIZ

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Vital do Rego Filho, propõe a alteração de dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, com a finalidade de resguardar a inviolabilidade dos direitos e garantias constitucionais e legais às crianças e adolescentes no processo de adoção internacional.

Segundo o autor, a fiscalização da adoção internacional deve ser acompanhada com bastante seriedade pelas autoridades, haja vista frequentes denúncias, na mídia, de exploração de crianças e adolescentes adotadas. Ressalta que a Câmara dos Deputados já investigou, por várias vezes, a prática de ações criminosas envolvendo crianças e adolescentes que saíram do país, por meio do instituto da adoção, com a finalidade de serem exploradas sexualmente. A seu ver, se a adoção internacional fosse precedida de cuidados e acompanhamento, essas situações poderiam ser evitadas.

A proposição em tela será apreciada, nos termos dos arts. 24, inciso II, e 54 do Regimento Interno dessa Casa, pelas Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nessa Comissão de Seguridade Social e Família, no prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A Constituição Federal de 1988 assevera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. No mesmo dispositivo, corrige uma injustiça cultural, ao igualar os filhos, havidos ou não na relação do casamento, ou por adoção, e garantir-lhes os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação (art. 227, caput e § 6 da CF/88).

Por seu turno, a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao dispor sobre o instituto da adoção, estabelece que a colocação em família substituta só deve ser realizada quando tiverem sido esgotados todos os meios de manter as crianças e adolescentes em sua família de origem, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida. Ademais, estabelece que a colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção, sendo, portanto, vedada a guarda ou tutela de menores por famílias estrangeiras (arts. 28 e 31 da Lei 8.069, de 1990).

Nesse caso, o candidato deve demonstrar habilitação para adoção consoante as leis de seu país e apresentar estudo psicossocial elaborado por agência especializada e credenciada de seu país, além de não ser permitida a saída do adotando do Brasil antes de realizado estágio de

convivência com os futuros adotantes. Também há a possibilidade de que a autoridade brasileira condicione a consumação da adoção estrangeira à apresentação e análise, por uma comissão estadual judiciária de adoção, de estudo prévio das condições dos adotantes (arts. 46, 51 e 52 da Lei nº 8.069, de 1990).

O proposição em exame visa acentuar a proteção dos interesses das crianças e adolescentes quando se optar pela modalidade de adoção internacional. Em última análise, a proposta ratifica a previsão legal de que a adoção internacional deve ser a medida última a ser considerada, em razão das consequências que a quebra de vínculo cultural pode causar à formação psicossocial dos brasileiros submetidos a essa medida de exceção. Não se pode esquecer que, não faz muito tempo, a mídia brasileira divulgou reportagens que afirmavam ser o Brasil o maior exportador mundial de crianças adotadas, as quais muitas vezes eram submetidas a maus tratos e até atos de tortura, como a extração de órgãos por quadrilhas especializadas.

Embora de mérito inquestionável, fato superveniente nos leva a ponderar a pertinência de optarmos pela aprovação da proposição em exame. Por oportuno, cabe registrar que a Lei 12.010, de 03 de agosto de 2009, que dispõe sobre adoção, altera dispositivos da Lei 8.069, de 1990, inclusive aqueles referentes à adoção internacional, garantindo maior rigidez a essa medida excepcional. Doravante, a adoção internacional somente será deferida se, após consulta ao cadastro de pessoas ou casais habilitados à adoção, mantido pela Justiça da Infância e da Juventude na comarca, bem como aos cadastros estadual e nacional, não for encontrado interessado com residência permanente no Brasil (art. 50, § 10).

A nova lei também modifica o art. 51 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, ao apresentar nova definição de adoção internacional, nos termos da Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, relativa à proteção das crianças e à cooperação em matéria de adoção internacional. Ademais, também foram estabelecidos novos requisitos para a aplicação da medida, entre os quais a necessária fiscalização do processo por autoridades estaduais e federais envolvidas com a matéria (art. 51, § 3º; art. 52; art. 52-A; art. 52-B; art. 52-C; e art. 52-D).

Assim, diante da recente aprovação da Lei 12.010, de 2009, que trata o tema da adoção internacional de forma bastante abrangente, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.600, de 2009.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado ANTONIO CARLOS CHAMARIZ
Relator